



A Luta das Mulheres em Angola nos Movimentos de Libertação



Yasmim Rodrigues Corrêa

Universidade Federal Fluminense (UFF) – Brasil

yasmim.dcr@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/000000000000>

Resumo

As mulheres angolanas participaram expressivamente de diversos processos políticos do país. Este estudo tem o objetivo de analisar, desde o fim do colonialismo até a Guerra Civil, as trajetórias de diversas mulheres que se envolveram direta ou indiretamente na militância anti-colonial, na Luta de Libertação Nacional e nos processos do pós-independência. Esse recorte permite articular as mudanças de regimes de governo em Angola com a condição das mulheres na sociedade, resultando na percepção de fatores como gênero, raça, classe, memória e esquecimento influenciando a vida e a história das mulheres angolanas.

Palavras Chave:

Angola; Mulheres; Libertação.

Resumen

Las mujeres angoleñas participaron significativamente en diversos procesos políticos del país. Este estudio tiene como objetivo analizar, desde el fin del colonialismo hasta la Guerra Civil, las trayectorias de varias mujeres que estuvieron directa o indirectamente involucradas en la militancia anticolonial, la Lucha de Liberación Nacional y los procesos postindependentistas. Este recorte nos permite articular los cambios en los regímenes de gobierno en Angola con la condición de las mujeres en la sociedad, resultando en la percepción de factores como el género, la raza, la clase, la memoria y el olvido que influyen en la vida y la historia de las mujeres angoleñas.

Palabras-clave:

Angola; Mujer; Liberar.

INTRODUÇÃO

Antes da independência de Angola, na década de 1950, a situação no país refletia um período de intensa exploração e desigualdade sob o domínio colonial português. A economia angolana experimentou um aumento significativo, especialmente com investimentos em setores como construção civil e transportes, que atraíram um número crescente de colonos brancos para o território. Esta migração contribuiu para uma urbanização rápida, especialmente em Luanda, levando ao desenvolvimento de comércio, serviços de saúde e educação, mas também exacerbando tensões raciais e espaciais.





Apesar da retórica de "luso-tropicalismo" promovida por Salazar, que idealizava uma colonização moderada e sem preconceitos raciais, a realidade em Angola era marcada por discriminação sistemática. As políticas segregacionistas, como o Regulamento do Trabalho dos Indígenas das Colônias, estabeleciam categorias de "assimilados" e "indígenas", com requisitos mais rigorosos para os nativos alcançarem o status de assimilados do que para os colonos brancos.

O trabalho forçado, frequentemente comparado à escravidão, era amplamente praticado até sua abolição formal em 1961, embora continuasse sendo utilizado como uma forma de punição até a independência em 1975. Esta prática cruel era uma das manifestações mais visíveis da segregação racial e laboral em Angola.

A educação também era altamente restrita para a maioria da população angolana, com taxas alarmantes de analfabetismo entre os nativos. As missões cristãs desempenharam um papel crucial na educação e na melhoria das condições de vida para muitos angolanos, apesar da desconfiança e da perseguição que enfrentavam do regime colonial.

No campo, onde a produção agrícola era fundamental para a economia colonial, os trabalhadores enfrentavam condições extremamente difíceis, especialmente na produção de algodão. A exploração nessas áreas rurais era intensa e frequentemente brutal, contrastando com a relativa prosperidade das áreas urbanas predominantemente ocupadas por colonos brancos.

A década de 1950 foi crucial para o despertar nacionalista em Angola, alimentado pela crescente insatisfação com as políticas coloniais autoritárias de Salazar. Movimentos de contestação começaram a surgir, preparando o terreno para o início da Guerra de Libertação em 1961, marcada por revoltas significativas como a Revolta da Baixa do Kassange. Esses eventos abriram caminho para uma luta armada pela independência, liderada por movimentos como o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), que buscavam não apenas a liberdade política, mas também a justiça social e econômica para o povo angolano.

As mulheres em meio ao cenário colonial sofriam duplamente pela *discriminação interseccional*. Uma análise apenas por um viés isolado, como o de gênero, não contemplaria as diferentes vivências das mulheres negras na Angola colonial, uma vez que exclui as dimensões de classe e raça, indispensáveis para uma melhor compreensão da questão. Ou seja, as discriminações atuam conjuntamente de forma a limitar a mulher negra à acessar determinados espaços. (CRENSHAW, 2007, p. 8)





Diante dessa situação em Angola no fim do colonialismo e a partir da tomada de consciência de seu lugar no mundo, muitas mulheres irão engajar-se na luta política e/ou armada contra o domínio colonial português. Os três movimentos que irão guerrear pela conquista de Angola, reconhecerão a importância da emancipação da mulher angolana, em escalas diferentes. Assim, defronte à tantas opressões, a solução parece ser a luta pela independência do país e com ela, angariar a sua própria. Os movimentos que se originarão, terão núcleos específicos de e para mulheres: A Organização da Mulher Angolana (OMA) do MPLA, a Liga da Mulher Angolana (LIMA) da UNITA e a Associação da Mulher Angolana (AMA) da FNLA e, com isso, muitas mulheres se sentirão representadas e motivadas à ingressar na luta pela libertação nacional em um dos três movimentos.

2. OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO

Diante de todo o contexto explicitado anteriormente, no fim da década de 1950 e início de 1960, a situação era de extrema insatisfação por parte dos angolanos, gerando uma intensa movimentação entre as organizações políticas que viam na luta armada a via para a independência. Ademais, os estudantes universitários angolanos em Portugal têm grande contribuição nesse momento de formação de movimentos políticos, principalmente na Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa.

A CEI é criada como meio de unificação das casas de estudantes das colônias portuguesas, o que contribuía para a reprodução da propaganda política portuguesa. Assim, mostrando que não haviam divisões e sim, uma harmonia entre os estudantes das diferentes colônias. Mas a unificação tinha o objetivo de favorecer uma maior vigilância dos estudantes, visto a dificuldade de dar conta de diversas casas de estudantes. Entretanto, a unificação fomentou uma rede de contatos entre as diversas colônias, contestações ao colonialismo e a formação de movimentos culturais e políticos.

Segundo Neto (2005, p. 29): “Os estudantes angolanos em Portugal não eram muitos, mas alguns deles, que viriam a ter parte ativa na luta de libertação, ali se iniciaram na vida política, fosse nas atividades da Casa dos Estudantes do Império, fosse em ligação com movimentos políticos portugueses.”. Os estudantes provinham, em sua maioria, de famílias mestiças e assimiladas ou brancas. Mesmo com um clima hostil do salazarismo, o estudantes desenvolveram uma militância política e cultural fortíssimas. Essa militância originará, em 1951, um “Centro de Estudos Africanos (organização clandestina), preocupado com os problemas teóricos da luta





de libertação nacional e pelo papel da cultura no processo de emancipação.” Dessa forma, a maioria dos fundadores dos movimentos de libertação angolanos foram estudantes na metrópole. (M'BOKOLO, 2011, p. 592)

A Casa dos Estudantes do Império é dissolvida em 1965 justamente porque contrariou os objetivos da metrópole com a instituição: “a CEI cedo subverteu as expectativas do regime, impondo-se como um importante espaço cultural e político de contestação do salazarismo e do colonialismo, onde se reuniam estudantes e os intelectuais das colônias que viviam na metrópole.” (CASTELO, 2015, p.28)

Os movimentos pela libertação de Angola também são frutos de uma disputa entre as elites da colônia. Os assimilados constituíam uma elite intelectual originária de uma antiga burguesia, que se fortaleceu diante da fraca presença portuguesa. Em contrapartida, surge um outro grupo chamado de novos assimilados, oriundos do grupo denominado “indígena”, ou seja, que adquiriram os códigos culturais portugueses posteriormente. Segundo Messiant (*apud* HORING, 2015, p. 28), nessa camada urbana dos antigos assimilados é que surgirá o MPLA.

Em Angola, temos a predominância de três grupos etno-linguísticos: os bakongo, os mbundus e os ovimbundus. (HORING, 2015, p. 27). Isso nos revela que além da questão da assimilação, pesava também a questão étnica e racial, pois havia também muitos brancos e mestiços envolvidos na constituição dos movimentos.

Quando há o famoso “Processo dos 50” que prendera diversos membros ligados às organizações políticas em 1959, apesar da arbitrariedade do processo, estas receberam grande destaque pois evidenciava a existência de movimentos contestatórios num regime que propagandava uma certa harmonia. (BITTENCOURT, 1997, p. 189)

O primeiro movimento a se formar foi o MPLA. O MPLA tem sua origem muito controversa com algumas diferentes versões. Segundo Bittencourt (1997, p. 185):

A versão oficial divulgada pelos líderes do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) no início dos anos 60, e até hoje mantida pelo partido, dá conta de que o movimento teria sido criado em 10 de dezembro de 1956, em Luanda, após a unificação do Partido da Luta Unida dos Africanos em Angola (PLUA) com outros grupos nacionalistas.

Por outro lado, estudos apontam que o MPLA se consolida em 1960, a partir da Segunda Conferência dos Povos Africanos, em Túnis, o que permite contestar a ideia do partido surgindo





em 1956, quando então havia uma série de movimentos fragmentados. Mas para além das polémicas em torno da criação do MPLA, é necessário nos centrarmos em suas características.

Como dito anteriormente, o MPLA foi formado, em parte, por uma elite de antigos assimilados, mas também por novos assimilados, além de brancos e mestiços. Muito centrado em Luanda, o movimento era fortemente urbano o que fomentava uma rivalidade com a FNLA, a qual falaremos mais adiante. Como lideranças do movimento temos Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto e Lúcio Lara.

O Movimento Popular de Libertação de Angola tinha uma orientação à esquerda, em alguns casos com propostas socialistas e que no pós-independência se configuraria como marxista-leninista. Um fator para essa orientação, é o contato na metrópole com o partido comunista português. Essa ideologia estava conectada com o nacionalismo: “Os aspectos gerais do seu nacionalismo dizem respeito à busca de uma nacionalidade angolana. O marxismo, por sua vez, era utilizado para se pensar a luta em termos de classes sociais e não de um conflito racial [...]” (HORING, 2015, p. 36) Nesse sentido, a criação do homem novo, proposta pela direção do MPLA, vinha no bojo da independência, para que assim uma nova nação também surgisse.

De acordo com Bittencourt (2002) a “presença de brancos e mestiços acarretava problemas para o MPLA não apenas internamente. Os demais movimentos de libertação angolanos apontavam tais quadros, conforme as circunstâncias, como uma prova do perfil “não-africano” ou “pequeno-burguês” da organização.”. Por outro lado, o MPLA aproveitou-se dessa característica para criar uma disparidade entre os outros movimentos:

O MPLA também tinha um grande discurso contra o tribalismo, o racismo e o regionalismo. Tais convicções visavam assinalar a intenção do MPLA de derrotar a UNITA e a FNLA, os quais baseavam suas campanhas de guerrilha e propaganda política em diferenças étnicas. (VISENTINI, 2012, p. 76)

Por sua vez, a Frente Nacional de Libertação de Angola tinha uma base étnica muito forte, a base Bakongo. A FNLA surge em 1962, sob a liderança de Holden Roberto e também como junção de outros movimentos pré-existentes, a União das Populações de Angola (UPA) e o Partido Democrático de Angola (PDA). A FNLA foi um dos movimentos mais expressivos na luta anticolonial em Angola e que conseguiu muito apoio, embora tenha sido criticada por ser limitada a representar apenas parte da população angolana, visto a base bakongo do movimento.





Ao contrário do MPLA, a FNLA era anticomunista e “utilizava a bandeira racial, declarando-se contra brancos e portugueses [...]” (VISENTINI, 2012, p. 50). Nesse ponto, havia mais um fator para a rivalidade, visto que o MPLA tinha entre seus membros alguns mestiços e brancos. Ademais, a questão geográfica também foi um fator, pois enquanto o MPLA era mais urbano, a FNLA estava muito concentrada no campo. Assim, a FNLA não tinha uma ideologia explícita, somente a proposta de um vago nacionalismo africano.

Holden Roberto, assim como membros do MPLA, estava na Conferência em Túnis. Lá, o MPLA tomou conhecimento de um movimento forte com objetivo comum ao seu, a independência de Angola. Foi lá também que Roberto teve contato com Frantz Fanon, grande intelectual ligado à luta anticolonial no continente africano.

Logo em seguida à formação da FNLA, Holden Roberto nomeou Jonas Savimbi para ministro dos negócios estrangeiros do Governo da República de Angola no Exílio (GRAE). Savimbi estudou na Europa e já estava ciente dos dois movimentos, querendo se associar a um deles. Entretanto, Savimbi queria um lugar de destaque e viu que na FNLA conseguiria esse espaço. (HORING, 2015, p. 37).

Savimbi, por sua vez, ficou insatisfeito com o rumo da FNLA. Ele queria uma base no interior, que mobilizasse mais as pessoas. Dessa forma, uma rivalidade entre ele e Holden Roberto se forma até que em 1964, Savimbi se retira da FNLA. Em 1966, a UNITA era criada oficialmente, comandada por Jonas Savimbi, tendo sua primeira participação na luta armada, que já vinha acontecendo há 5 anos.

A UNITA em alguns aspectos se assemelhava à FNLA. O movimento era composto principalmente por etnias do leste e do sul: Ngangela, Chokwe e Ovimbundu. (VISENTINI, 2012, p. 51) Cabe ressaltar, que uma identificação forte do povo Ovimbundu com a UNITA só irá se consolidar na Guerra Civil. (MESSIANT *apud* HORING, 2015, p. 37). Ademais, a UNITA também se declarava contra brancos e mestiços, fazendo da raça “instrumento de mobilização política, expressão de um nacionalismo africano.” (HORING, 2015, p. 39) A UNITA se consolida nas áreas rurais angariando apoio da população do campo.

Em relação à expressão ideológica, a UNITA mostrava-se oscilante. Após romper com a FNLA, Savimbi viaja por diversos países, incluindo a China. Nesse sentido, a UNITA apresentava-se na sua gênese como maoísta, mas vemos em sua trajetória que a UNITA variou sua posição ideológica de acordo com o apoio internacional que conseguiu obter.





Dessa forma, vemos que os movimentos não estavam sozinhos em Angola na luta anticolonial. O cenário internacional era o de Guerra Fria, em que URSS e EUA, buscavam obter áreas de influência. Isso significou apoio internacional aos três movimentos. Como dissemos, a UNITA tinha apoio chinês e também de Gamal Abdel Nasser do Egito.

Por outro lado, tanto a China como os EUA também apoiarão, por um tempo, a FNLA. Afinal, esses apoios foram variando conforme o andamento da guerra, da situação internacional e dos objetivos de quem apoiava. O MPLA, por sua vez, terá apoio da URSS e também de Cuba, que participará ativamente da guerra junto ao MPLA, com soldados.

Em África, os três movimentos terão significativos apoios. O MPLA consegue apoio da Zâmbia e da Tanzânia. Além do Zaire, em Leopoldville, até serem expulsos e irem para o Congo-Brazzaville. A África do Sul, temendo a ascensão do MPLA, um movimento de discurso mais radical, à esquerda, irá apoiar a FNLA e a UNITA.

Para tentar amenizar a situação e acalmar os ânimos, após as três revoltas inauguradoras da Guerra de Libertação e o início da guerrilha, Portugal tomou medidas. Uma delas foi a abolição do Estatuto do Indigenato e, conseqüentemente, o trabalho forçado. Como dito anteriormente, o uso do trabalho forçado como medida correcional perdurou até 1975. Além desta, houve a introdução de um sistema de aldeamento em que “os camponeses eram obrigados a mudar-se de seus povoados para locais controlados militarmente pelos portugueses, de forma a combater as atividades guerrilheiras em áreas rurais.” Entretanto, tais medidas não tiveram o efeito esperado por Portugal que era conter o avanço dos movimentos de libertação. (VISENTINI, 2012, p. 52)

Diante da repressão da PIDE, muitos angolanos se refugiam no país vizinho, o Congo-Leopoldville. A FNLA já estava fixa no país e tinha grande apoio, principalmente pela questão étnica bakongo, visto que essa etnia estava presente em parte de Angola e do Congo. O MPLA tenta se fixar também no Congo mas com grande dificuldade, tendo de viver uma “segunda clandestinidade”. (BITTENCOURT, 2002, p. 82).

Já em 1962, iniciam-se as aberturas de Regiões Político-Militares. A primeira região do MPLA era ao norte de Luanda, até que se estendeu até Cabinda, dando origem à segunda região político-militar do MPLA. Em 1966, a UNITA inaugura sua entrada no cenário com a abertura de uma frente na região leste, onde, logo depois, o MPLA abre sua terceira região político-militar. O MPLA segue abrindo frentes, a quarta e a quinta regiões político-militar, em Luanda





e no Bié. (VISENTINI, 2012, p. 52) Até que no final da década de 1960, os movimentos estavam distribuídos no país da seguinte forma:

O MPLA concentrava-se no Noroeste do país, na região entre Luanda e Malange e no Leste, na fronteira com a Zâmbia, além do Norte da região de Cabinda; a FNLA ocupava a região Nordeste do país, fronteira com o Zaire, e uma pequena área no Leste [...], também na fronteira com o Zaire; a Unita encontrava-se na região Centro-leste do país, entre as forças do MPLA e da FNLA a Leste, e as forças portuguesas a Oeste. [...]. (VISENTINI, 2012, p. 53)

Em 1964, chega a assistência cubana ao MPLA. Já em 1971, com a UNITA cercada pelo MPLA e pela FNLA e também pelos portugueses, a UNITA firma um acordo com as forças portuguesas conhecido como Operação Madeira:

O acordo consistia em que os portugueses permitissem à UNITA permanecer numa zona estabelecida, enquanto à UNITA cabia fornecer informações aos portugueses sobre as movimentações dos outros grupos de libertação, bem como combatê-los. Foi através desse acordo, que as bases do MPLA e da FNLA foram eliminadas da zona militar leste. (VISENTINI, 2012, p. 53)

Fruto dessa ofensiva portuguesa, há uma crise interna no MPLA que gera a Revolta do Leste e a Revolta Ativa. Tais revoltas envolveram a insatisfação dos guerrilheiros com a liderança de Agostinho Neto e com a organização e fornecimento das tropas.

Enquanto isso, em Portugal estoura a Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974. Uma ala do Movimento das Forças Armadas em Portugal se mobilizou e derrubou uma ditadura de quarenta anos. Foi o fim do Estado Novo. O governo que se firmou no pós-25 de abril reconheceu o direito à independência das colônias. Embora tenha reconhecido, devido à disputas internas em Portugal, os acordos para a concessão da independência não se consolidam. Dessa forma, os movimentos continuaram na luta pela independência.

É nesse emaranhado político que a Guerra de Libertação Nacional em Angola se dá. Entre rivalidades, relações com o cenário internacional e a guerrilha, os movimentos vão traçando sua trajetória em busca da independência.

3. AS VIVÊNCIAS DE MULHERES NOS MOVIMENTOS E NA GUERRA

3.1 - OMA, LIMA, AMA





Os movimentos de libertação em Angola reconheceram a questão da mulher no âmbito da guerra. Entretanto, é necessário salientar que era um assunto secundário. A emancipação da mulher não era vista como algo específico e dentro de um problema maior de gênero, mas sim como um aspecto que seria solucionado com a independência. Ou seja, a independência da mulher vinha no bojo da independência do país, como se o colonialismo fosse o único fator para a não ascensão da mulher negra em Angola.

Com uma fortíssima atividade das mulheres, nas revoltas e nas militâncias dentro dos movimentos, foi reivindicado um espaço específico para se pensar a questão feminina. A partir disso, vemos a origem das organizações de mulheres no MPLA, na UNITA e na FNLA. Algumas delas são criadas mais tardiamente, outras já no início da guerra de libertação como veremos a seguir.

A Organização da Mulher Angola (OMA) é criada dentro do MPLA em 1962 juntamente com outros núcleos, como a JMPLA, Juventude do MPLA. A versão oficial sobre a história da OMA presente no site do MPLA é a seguinte:

A OMA é a maior Organização Política do MPLA que trabalha na mobilização, sensibilização e educação das mulheres desde os primórdios da luta de libertação nacional. Foi fundada em 1962 na República Democrática do Congo por um grupo de mulheres angolanas que se encontravam neste país onde o MPLA, na altura movimento que lutava pela Independência de Angola tinha a sua Direcção. Durante este tempo a OMA mobilizou as mulheres para a participação em todas as tarefas da revolução desde a alfabetização a prestação de apoio social aos guerrilheiros e participando também nos combates. (MPLA, 2019)

A OMA foi uma das primeiras organizações de mulheres e fazia um trabalho de base e mobilização. Atualmente, possui mais de dois milhões de membros, revelando a importância social que a OMA adquiriu ao longo do tempo. Em 1984, a OMA lança um livro com a autoria de Marga Holness, que trabalhou no gabinete dos dois presidentes de Angola, Agostinho Neto e José Eduardo dos Santos. Essa ligação revela um caráter propagandístico e romantizado da organização presente no livro, sem atentar para as contradições e minúcias das relações de gênero:

Mas apenas a forma moderna da luta de libertação, liderada pelo MPLA, criou as condições para todas as mulheres tomarem parte, em pé de igualdade com os homens, na luta para libertar a nação [...] as mulheres não só receberam treino militar e participaram no combate, mas também ajudaram a mobilizar outras mulheres a se juntarem na luta. (HOLNESS *apud* PAREDES, 2015, p. 60)



Segundo Lúcio Lara, dirigente do MPLA na época, o objetivo da OMA era “ lutar ao lado dos nossos irmãos pela liquidação em Angola do domínio colonial português e pelo estabelecimento duma sociedade em que a Mulher Angolana esteja em posição de igualdade na vida da nação”. (LARA *apud* DIAS, 2011, p. 3). Entretanto, no 1º Congresso da OMA, o discurso de Lúcio Lara revela a falta de autonomia da OMA, totalmente subordinada ao MPLA, que omite a “problemática de gênero, não considerando as relações desiguais entre homens e mulheres como uma contradição principal, e defendia que devia ser o partido a liderar e a conduzir toda a transformação social, subordinando assim a luta das mulheres às prioridades do partido e ao desenvolvimento das forças produtivas socialistas.” (PAREDES, 2015, p. 60) Isso nos revela que, embora seja reconhecida a importância da mulher angolana nos processos, tal reconhecimento não significa autonomia e crítica às relações de gênero presentes na sociedade, em geral, e no movimento, em particular.

Outros autores que se debruçaram acerca da OMA fazem uma análise romantizada e tradicional ou mais crítica, percebendo as contradições. Nicásia Matias, em pesquisa também a pedido do governo angolano, reforça lugares femininos da mulher na Guerra de Libertação, como abastecimento, transporte, primeiros-socorros, enfermagem, alfabetização e, portanto, em menor escala, a guerrilha. (*apud* PAREDES, 2015, p. 62) Ou seja, não é enfatizada a mulher como combatente e guerrilheira. De acordo com Bittencourt (2002, p. 457):

[...] o dia-a-dia da guerrilha exigiria e muito a participação das mulheres. Elas ajudavam na organização das bases e no trabalho de conscientização das populações das pequenas aldeias do interior de Angola, além de atuarem como enfermeiras, agentes de saúde e professoras. [...]. Mas todas essas atividades assistenciais eram limitadas por questões de outra ordem, como as culturais, por exemplo. A OMA mobilizava e conscientizava, contudo ao mesmo tempo, sua atuação entrava em choque com algumas tradições.

O trabalho das mulheres na OMA esbarrava, portanto, em diversas questões culturais de cerceamento da mulher. A ideia de emancipação era muito velada e pouco pensada. Mas o autor não ignora o papel das mulheres no meio militar. Por outro lado, Catherine V. Scott (*apud* PAREDES, 2015, p. 63-64) acusa a OMA de evitar o debate sobre gênero, ignorando a opressão dos homens sobre as mulheres.

É necessário reconhecer a importância da OMA na luta pela independência e na luta pelas mulheres angolanas, mas sem ignorar seus deslizes ao deixar de lado uma crítica profunda das



relações de gênero. A falta desta refletiu-se no pós-independência, quando as dificuldades na vida das mulheres permaneceram mesmo com a libertação do país, revelando uma sociedade desigual no que tange ao gênero e a classe.

A Liga da Mulher Angolana (LIMA), por sua vez, não se difere tanto da OMA nesse sentido e recebe as mesmas críticas. Criada na década de 1970, próximo da independência do país, revela um reconhecimento tardio por parte da UNITA, da importância de uma organização de mulheres. Segundo Catherine V. Scott (*apud* PAREDES, 2015, p. 64) o apego da UNITA à tradição gerava um desconforto quando o assunto era o gênero. Ademais, havia um receio quanto a ascensão da mulher, pois ameaçava a dominação masculina do movimento.

A primeira presidente da LIMA, Isalina Kawina, entrou na UNITA com 14 anos. Em seu relato, é perceptível o esforço feito para o reconhecimento da mulher dentro do movimento:

[...] a mulher também precisa de uma organização, demos a ideia e fizemos esse pedido à nossa organização da UNITA, eles apoiaram e em 1970 houve uma conferência do partido de onde saiu essa ideia que as mulheres devia ter uma organização porque a mulher também está ativa, a fazer tudo aquilo que o homem também está a fazer, em 73 houve um congresso também do partido onde que saiu criar a LIMA, Liga da Mulher Angolana, uma organização das mulheres angolanas naquela área do Leste, onde que saiu o meu nome como presidente da LIMA. Eu é que chefiava as outras, fazia tudo, trabalho militar, trabalho civil, mobilização, fizemos esse trabalho até chegar 75, quando entramos em todas as cidades, Luanda, Huambo, Benguela, em todo o sítio entraram muitas mulheres, com isso nossa organização ficou muito forte, até hoje a mulher está a apoiar nossa política. (PAREDES, 2015, p. 261)

O depoimento de Isalina nos revela que, mesmo com a participação ativa das mulheres na UNITA, desde a sua entrada na guerra, a questão da mulher não era primordial. Mesmo com a OMA sendo criada em 1962 e angariando grande apoio, a UNITA só se debruçou sobre isso na década de 1970, a partir da mobilização das próprias militantes.

A atual presidente da LIMA, Helena Bonguela Abel, em entrevista ao jornal O País, em 24 de junho de 2019, faz um balanço sobre os 47 anos da LIMA. Sobre a criação e participação da LIMA na Guerra de Libertação, a entrevistada diz:

[...] A LIMA surgiu da participação efectiva das mulheres na luta de libertação nacional quando a UNITA se constituiu em partido e iniciou a luta contra o colonialismo. A mulher não ficou atrás, juntou-se aos homens com empenho e entrega desde a sua criação, a 18 de Junho de 1972. [...] A mulher da LIMA foi treinada também para exercer tarefas militares. Tanto poderia estar na frente de combate como na retaguarda, mas sempre preparada para ações e atitudes militares. Quando estivesse na frente de combate, era com os homens a enfrentar diretamente o inimigo. [...] Na retaguarda ocupava-se de tarefas sociais, educação, serviços de enfermagem, tratar nos hospitais os feridos



que vinham das frentes de combate. Esta luta também subscreveu-se na emancipação da mulher na defesa pela igualdade e dignidade. [...] A nossa organização, Liga da Mulher Angolana (LIMA) que é o braço feminino do partido UNITA, foi criada a 18 de junho de 1972, pelo presidente fundador Jonas Savimbi, numa localidade chamada Cutato. De lá pra cá, já teve nove presidentes, decorrentes da renovação de mandatos. A primeira presidente foi Izalina Cawina Cahunda. (O País, 24.06.2019. Disponível em: <https://opais.co.ao/index.php/2019/06/24/lima-defende-mais-mulheres-no-parlamento/> Acesso em: 07/07/2024)

Uma diferença do discurso da LIMA e da OMA é a ênfase na luta armada. Enquanto a OMA, em seus discursos oficiais, enfatizava mais as atividades da retaguarda, tipicamente femininas da guerra, a LIMA enfatiza o âmbito militar, com o combate nas frentes.

A Associação da Mulher Angola (AMA) pertence à FNLA e:

Em 3 de Outubro de 1958, quando a UPNA dá lugar a UPA, é igualmente criado no seio um Núcleo de Mulheres da UPA que mais tarde evolui para Associação das Mulheres Angolanas AMA. A predecessora da Comissão Nacional Feminina CNF, foi criada ao mesmo tempo que a UPA, isto é, a 07 de Julho de 1958, e a sua primeira Presidente foi a senhora Belina de Águas Rosadas [...] (FNLA, 2019)

Segundo o site oficial da FNLA, a partir da consciência nacionalista na década de 1950, as mulheres estavam presentes nas reuniões clandestinas e, na oportunidade de criação do movimento, um núcleo específico de mulheres também foi criado. As atividades desempenhadas eram a de implementação de cédulas clandestinas da FNLA, bem como ponte com os camponeses para a revolta do dia 15 de março. Na guerrilha, é enfatizado o seu papel no transporte de informações e mantimentos aos guerrilheiros e, em alguns casos, participação efetiva nos combates. Há também uma menção à participação da AMA “in loco” nas operações da ELNA, Exército Nacional de Libertação de Angola, e muitas das mulheres da associação foram obrigadas a integrarem na ELNA por espírito revolucionário e desejo de liberdade. (FNLA, 2019)

O discurso da FNLA sobre as mulheres na Guerra de Libertação mostra um perfil dominador sobre as mulheres, uma vez que a associação também não possuía um certo grau de autonomia, sendo as mulheres subordinadas a desempenharem papéis típicos e, quando as coloca em situação de combate, admitem a obrigação do ingresso na ELNA, mas de forma sutil e romantizada. Seguindo essa mesma lógica, o discurso continua:

Ao longo da nossa história a mulher angolana deu provas de plena consciência das suas responsabilidades de cidadã, mãe, irmã, esposa, assim como soube lutar ao lado do homem pela dignidade do nosso povo nas cidades, nas aldeias e nos maquis. A mulher

angolana foi inseparável companheira do activista político e do guerrilheiro até a conquista da Independência Nacional. (FNLA, 2019)

Ao enfatizar o papel de mãe e esposa, a FNLA coloca a mulher não como sujeito ativo dos processos em questão, mas como auxiliar do homem, filho ou marido, bem como do guerrilheiro. Ou seja, a mulher na guerra, não ocupa um lugar de destaque e em pé de igualdade ao sujeito masculino, embora muitas mulheres tenham tido esse desempenho. Entretanto, as próprias narrativas oficiais dos movimentos contribuem para sua minimização.

Dessa forma, é perceptível que as organizações de mulheres nos movimentos de libertação angolana, foram uma conquista da própria luta das mulheres e seu ativismo. As organizações colocaram mulheres em lugar de liderança, lugar sempre cerceado. Entretanto, tais organizações não possuíam grande autonomia, estando subordinadas aos movimentos, liderados por homens, que ignoravam as relações de gênero presentes nesses movimentos. As organizações foram primordiais na formação das próprias mulheres, com o desempenho de diversas funções, na mobilização, na retaguarda e na guerrilha, contribuindo para seu empoderamento e emancipação. Mas cabe atentar sempre, em que condições esses processos se davam que, neste caso, estavam ligados às tradicionais visões sobre as mulheres como auxiliares, mães e esposas.

3.2 - A GUERRILHA

Os CIR eram centros de formação política e militar fundados no início da guerra de libertação pelo MPLA com o objetivo de preparação para a guerra. Os CIR foram espaço de suma importância para o empoderamento feminino. A militarização num país marcado pela guerra, conferia status social, o que auxiliava a emancipação. Portanto, muitas mulheres começaram a ingressar nas forças armadas a partir dos CIR:

[...] o treino militar foi intensivo e durou cerca de quarenta e cinco dias. Consistia na aprendizagem do manejo de diversas armas, PPSH, AK e DP soviéticas, bazuca chinesa, FAL belga; tática de luta guerrilheira, topografia; preparação física e formação política. (RODRIGUEZ *apud* PAREDES, 2015, p. 121)

Ao ingressarem nos CIR, as mulheres reivindicavam esse espaço masculinizado e questionavam as próprias funções as quais eram submetidas, geralmente lugares tradicionalmente femininos:

[...] as ordens da Direção Política era que fossem ser professoras e ensinar. Depois da instrução militar eram reencaminhadas para a Direção de Educação, para o Internato 4 de Fevereiro ou para o Instituto [...]. Havia mulheres que queriam participar na luta armada e foram elas próprias que manifestaram o desejo de participarem em unidades de combate porque na realidade, de cima, havia orientação para que elas fossem para os órgãos da retaguarda. (PAREDES, 2015, p. 303)

Dessa forma, percebemos que a instrução militar e política nos CIR não garantiu lugar igualitário perante o homem dentro da organização, revelando mais uma das dificuldades que o gênero impunha da vida das mulheres. Mas, ao não aceitarem ficar de fora da luta armada, essas mulheres combateram duas vezes, contra o sexismo e pela independência.

Eunice Adriano Mendes tornou-se coronel das Forças Armadas Angolanas, FAA, e iniciou-se no CIR Certeza, na 1ª Região Político-Militar:

O que me motivou foi o dever patriótico para dar o meu contributo em prol da independência nacional, e de certa forma querer participar ativamente nessa luta e também seguir o exemplo dos meus irmãos mais velhos. A minha irmã saiu do campo de concentração e passou em nossa casa por um dia apenas e seguiu logo para o CIR. Eu tinha a ideia de que queria ingressar nas FAPLA e por isso já não me associava à agitação estudantil no liceu. Queria pegar numa arma, envergar uma farda, queria ser diferente das outras mulheres e queria igualdade, ser como um homem. [...]. A instrução política no CIR era muito forte, tínhamos uma cartilha à base do marxismo-leninismo. (PAREDES, 2015, p. 299 -300)

Interessante no discurso de Eunice é sua vontade de ser igual ao homem e, portanto, diferente das demais mulheres, ou seja, segurando uma arma, sendo guerrilheira, revelando mais uma vez o campo militar como um espaço masculino. Assim como Eunice, outro depoimento mostra a dinâmica dos CIR:

Em 1971, tinha 16 anos, juntei-me a um grupo de base de MPLA, aqui em Luanda. Em 1973 fui presa pela PIDE. Fomos traídos por infiltrados do nosso grupo de base. Em janeiro 1974 fui mandada para o campo de concentração de São Nicolau, em Moçâmedes. Era trabalho forçado nas salinas. Desde as cinco horas de manhã até as seis à noite. Havia lá muitas mulheres porque quando um guerrilheiro morria, a sua mulher ficava presa pelos “tugas” - os portugueses. Eram mandadas para o campo de concentração. Não havia qualquer procedimento legal. Fui condenada a três anos de trabalhos forçados. Com a 25 de Abril de 1974 o fascismo caiu em Portugal e eu pude voltar para Luanda. Voltei ao meu trabalho com MPLA. Fui enviada para Brazzaville, para o Centro de Instrução Revolucionária. Foi um curso de seis meses em técnica militar, artilharia e política, perto de fronteira com Angola. Éramos 2000 homens e 120 mulheres. Depois começou o meu trabalho como soldado de artilharia em Cabinda. Participei em muitas operações. Nós, as mulheres, tínhamos as mesmas tarefas que os homens – sem nenhuma dificuldades. (LAGERSTROM, 2009, p.14)

É perceptível a diferença numérica entre homens e mulheres. As mulheres estavam em menor número, revelando a resistência das organizações em as aceitarem. Por outro lado, ao longo de anos de cerceamento, muitas mulheres não se viam como guerrilheiras, deixando este trabalho para os homens, preferindo, portanto, trabalhos em outras áreas ou até o não envolvimento. Ademais, esse depoimento aponta também para a relação esposa-marido. Os portugueses obrigavam as viúvas ao trabalho forçado como forma de punição à ‘subversão’ de seus maridos, além de ficar concretizado o trabalho forçado como medida correcional mesmo que tenha sido ‘abolido’ em 1961.

Com o depoimento de Catarina Augusto Kavindama Baió, tenente-coronel das FAA, conseguimos ver sua iniciação, sendo recrutada com apenas 14 anos e passando pelo CIR:

Na Zona A começamos a fazer treinamento militar, eu tinha muito medo de atirar, a metralhadora empurrava para trás e também tinha medo dos camaradas porque eles tinham barba e eu não gosto de barba. Mas os camaradas, como nós éramos crianças, nos tratavam muito bem. Faziam trabalho político, explicavam que nós tínhamos de empenhar para libertar o nosso país e que não estávamos a lutar contra o povo português, mas sim contra o colonialismo português. [...]. Eu desde pequena achava que os homens tinham mais capacidade, que o homem era o chefe de família, mas na escola, no CIR, a referência era a Rússia, diziam-nos que as mulheres tinham lutado e bombardeavam e que nós éramos iguais aos homens. No CIR havia igualdade, tínhamos direitos iguais [...]. (PAREDES, 2015, p. 255-256)

A instrução e o treino militar nos CIR, cristalizaram para as mulheres a igualdade perante o homem. Ou seja, elas estavam ali desempenhando as mesmas funções e isso demonstrava que não havia diferenças de capacidade entre ambos, o que favorecia a conscientização das relações de gênero presentes na sociedade e a luta por seus direitos.

Cabe ressaltar que a existência de centros de treinamento com abertura para as mulheres, como os CIR do MPLA, eram realidade dos outros movimentos, como nos revela Gertrudes Nangalule, capitão das FALA, Forças Armadas de Libertação de Angola, da UNITA:

Fui também fazer o treinamento militar, no campo do Wako Kungo, tinha muitas moças e a instrutora era a dona Ana. Não tínhamos farda, havia poucas armas e treinávamos com a Sterling, depois foi a experiência da deslocalização constante, fui das colunas militares, andávamos de dia e noite, a vida era difícil. (PAREDES, 2015, p. 366)

No que tange à luta armada, a partir do treino e preparação nos determinados centros/campos, as mulheres ingressaram na guerrilha:

Mulher na mata a combater, nós eram muitas. A gente lutou mesmo ao lado do homem, nós viu, às vezes a mulher tem mais coragem que homem. Quando os portugueses ficar zangado, o homem mesmo te foge, te abandona; e você tem que se defender, mesmo com uma arma, com filho nas costas e outro agarrado na calça da tua farda (KASEMBE e CHIZIANE, 2008, p. 34-35)

De acordo com Bittencourt (2002, p. 459) a militância feminina não se restringia unicamente ao apoio:

Segundo Ruth Neto, à exceção da costura e do cuidado com as crianças, o cotidiano dos homens e das mulheres era semelhante. “Havia mulheres que participavam mesmo na luta contra os portugueses. E então elas contavam a experiência, e queriam que nós pedíssemos e exigíssemos mais material de guerra, que não era suficiente.” (Entrevista de Ruth Neto, em 2 de fevereiro de 1991, a Maria da Conceição Neto e Nicásia Casimiro Dias).

Como mencionado, o exército e as frentes de combate são espaços extremamente masculinizados. Dessa forma, quando uma mulher está com uma arma, está subvertendo padrões femininos que delimitam seus papéis sociais. As armas e o treinamento militar foram de grande valor simbólico para o empoderamento feminino, mas sem deixar de lado as dificuldades:

A discriminação existe em todo o lado, mas é no exército que se faz sentir com maior intensidade. O mundo das armas foi sempre o santuário dos homens. Eles defendem-no. Até parece que têm medo que as mulheres penetrem. Com a paz, encorajo a todas as mulheres a engajarem-se na defesa dos direitos da mulher, dentro das forças armadas. Chega de sofrer... as mulheres não são inúteis, pelo contrário, sem elas a sociedade não seria o que é! (CHIZIANE & KASEMBE, 2008, p. 111-112).

Esse espaço é tão masculino que as mulheres que nele ingressam comportam-se e sentem-se como homens, justamente por estarem demasiadamente envolvidas nesse universo e pelo imaginário militar totalmente ligado à figura masculina. O trecho do relato a seguir de Gertrudes Nangalule da UNITA, exemplifica bem essa questão:

Até o passo muda, andas como um homem. Uma pessoa sente-se mulher-homem. Quando fazíamos algo de homem, as pessoas diziam: <<Ah, essas aí são tropa!>> Foi

mesmo a direção do partido, o presidente Savimbi deu-nos esse privilégio de as mulheres fiquem homens e nós sentimo-nos iguais. (PAREDES, 2015, p. 368)

Os relatos aqui discutidos demonstraram a mulher ativa na Guerra de Libertação e, mais que isso, como combatentes contra o colonialismo português e por suas independências, a do país e a sua própria, contra o jugo masculino. Uma das principais batalhas, determinante para a independência ser proclamada pelo MPLA em novembro de 1975, foi a Batalha de Kifangondo. Essa batalha envolveu, principalmente, o MPLA e a FNLA, mas também contava com forças cubanas e zairenses, respectivamente. O objetivo era impedir o MPLA de proclamar a independência na data estipulada, 11 de novembro de 1975. Nesse momento, o conflito internacionalizou-se. (PAREDES, 2015, p. 315). Houve grande participação feminina nesta batalha decisiva, como diz o general Carlos Alberto da Silva e Mello Xavier:

“Tínhamos aqui mesmo na frente de combate mulheres muito corajosas. [...] Eram mais de 100, com idades entre os 18 e 25 anos. Distribuídas pelos diferentes postos de comando, as jovens voluntárias eram por norma operadoras das comunicações.” Elas tinham uma capacidade maior de observação, eram mais precisas que os homens a passar as informações, e também nos blindados. Elas em combate eram corajosas. (PAREDES, 2015, p. 315)

Segundo Paredes (2015, p. 316), as mulheres em Kifangondo não estavam presentes apenas nas telecomunicações, mas também nas frentes de combate: artilharia, infantaria e defesa anti-área. Mesmo com uma presença maciça de mulheres, a historiografia sobre a Batalha de Kifangondo invisibilizou essa participação, enaltecendo as narrativas e memórias masculinas na reconstrução desse episódio. Afinal, ao colocar a coragem e a resistência nos combates como características masculinas, consequentemente, excluiu as mulheres.

Através dessa polifonia, foi apresentada as dinâmicas da guerrilha e seu impacto na vida das mulheres, mostrando como o meio militar é extremamente masculinizado, o que fez com que as vivências das mulheres fossem diferenciadas: “O objetivo dos testemunhos não era expor um tipo de sofrimento adicional das mulheres: pelo contrário, tinham por meta relatar suas experiências, percebidas e reconhecidas como diferentes da experiência masculina, que é, por si mesma, específica.” Revelando assim, como a experiência humana é múltipla e marcada pelas divisões de gênero. (SALVATICI, 2005, p. 35) Ademais, percebemos que, mesmo com uma expressiva participação das mulheres na guerra, a ausência da imagem da mulher nesse conflito

acabou por embaçar essa participação e também as prejudicou nos processos do pós-independência.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em seu discurso na proclamação da independência em 11 de novembro de 1975, Agostinho Neto enfatiza seu compromisso e o do governo que dali se estruturaria com a mulher angolana:

A República Popular de Angola, sob a orientação justa do MPLA [Movimento Popular de Libertação de Angola] estimulará o processo de emancipação da mulher angolana, direito conquistado através da sua participação na luta de libertação e na produção para a resistência generalizada do nosso povo (MI, 1975 *apud* LIBERATO, 2016, p. 997).

As promessas quanto à emancipação da mulher vinham desde os primórdios dos movimentos, em que o discurso oficial explicitava a ligação da independência do país e da mulher, depositando todas as soluções para os problemas sociais no governo que se desenvolveria no pós-independência. Ao longo deste trabalho, buscou-se investigar a trajetória da mulher angolana desde o fim do colonialismo até anos após a Guerra Civil como estratégia para entender como as mulheres foram sujeitos ativos nos processos políticos de Angola e como o período pós-conflitos buscou, por ação das lideranças políticas, torná-las invisíveis.

No fim do colonialismo, vemos como as mulheres foram marcadas pelas interseccionalidades de gênero, raça e classe e também como sujeitos colonizados. Nesse momento, tornou-se inteligível a dimensão dos desafios que já acometiam as mulheres angolanas e que a independência não seria unicamente capaz de os dissolver. A educação, principal reivindicação feminina ao longo da história, marcou os depoimentos das mulheres no mundo colonial. A formação dos movimentos de libertação, bem como a vinculação das mulheres aos mesmos, mostrou-se como única alternativa para fugirem do jugo colonial.

Logo, veio a luta armada. O estouro da guerra de libertação foi um grito aprisionado numa dominação colonial de 500 anos. As mulheres, fortemente reprimidas durante todos esses anos, participaram ativamente e expressivamente pela independência de sua terra. Definitivamente, não foi fácil, pois “a mulher de África sofre também com os seus próprios homens.” (LAGERSTROM, 2009, p. 73) O ingresso nas forças armadas, o treinamento militar e o combate nas frentes foram transgressões aos papéis de gênero. Mas não só a luta armada, a luta política

também foi fator de transgressão pois mulheres tornaram-se líderes políticas e de organizações voltadas especificamente para a questão feminina, a OMA, a LIMA e a AMA.

A luta armada eternizou umas e não outras. Muitas ex-combatentes foram relegadas dessa gloriosa narrativa, vivendo indignamente e lutando por subsídios governamentais. O mundo político, imprescindível para o alcance da igualdade de gênero, continua não sendo considerado um espaço para mulher em Angola. Os processos de paz e reconciliação, empreendidos após o fim da Guerra Civil, tendem a afastar as mulheres das negociações, sujeitos tão afetados por esse episódio. Assim, os processos de tomada de decisão excluem as mulheres, porque não há um reconhecimento delas como parte dos acontecimentos. Segundo Nascimento (2014): “Apesar da crescente participação da mulher angolana na renda e recursos familiares, não nos parece que vem acompanhada de participação na esfera pública de decisão e da gestão comunitária.”

A educação, ainda é uma das reivindicações das mulheres, pois permanece uma visão retrógrada de que a mulher não necessita de certos conhecimentos. Portanto, os homens ainda são priorizados no que tange à educação. O acesso que devia ser um direito, torna-se um privilégio, cabendo às mulheres desvencilhar-se dos obstáculos que o gênero impõe. (LOPES, 2010, p. 124) Enquanto permanecer a dificuldade das mulheres em ingressar, permanecer e concluir seus estudos, a esfera política, conseqüentemente, continuará distante e destinada apenas a homens e mulheres da alta classe social, que possuem meios alternativos para garantir sua educação. O analfabetismo em África, resquício ainda da dominação colonial, é o grande obstáculo para o desenvolvimento dos países africanos. E as mulheres são as mais afetadas pelo analfabetismo, logo, também excluídas do mundo político. (LAGERSTROM, 2009, p. 74)

Destarte, conseguimos perceber que apesar da participação ativa em diversos processos políticos para a formação da República de Angola, o governo que se formou, embora tenha feito pequenos esforços para pensar e agir com a questão da mulher em Angola, não foi capaz de propiciar avanços significativos de mudança da situação da mulher. Ao longo de 40 anos de independência, é difícil perceber alterações na condição e posição da maioria das angolanas na sociedade.

Assim, a emancipação, um dos objetivos da luta das mulheres, ficou por cumprir uma vez que transformações das relações sociais e valorização da mulher não foram tomadas como prioridades no governo que se formou, fazendo com que as mulheres angolanas, permanecessem em lugar de subalternização.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BITTENCOURT, Marcelo. *4 de fevereiro de 1961: Ataques em Luanda*. IN: Miguel Cardina; Bruno Sena Martins (org.). *As voltas do passado: a guerra colonial e as lutas de Libertação*. Lisboa, Tinta-da-China, 2018.

_. *Estamos juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Niterói: Tese de Doutorado, PPGH/UFF, 2002.

_. *A criação do MPLA*. Rio de Janeiro: Estudos Afro-Asiáticos, 32. CEEA/UCAM, 1997. p. 185-208.

CASTELO, Cláudia. *Casa dos Estudantes do Império: Uma síntese histórica (1944-1965)*. IN: BORGES, P; FREUDENTHAL, A; MEDEIROS, T. e PEDRO, H. *Mensagem* (Número Especial, 1944-1994). Lisboa: UCCLA, 2015.

CLARENCE-SMITH, Gervase. *O III Império Português (1825-1975)*. Lisboa: Editora Teorema, 1985.

CRENSHAW, Kimberle. *A interseccionalidade na discriminação de raça e de gênero*. In.: *Cruzamento: raça e gênero – Painel 01* - 2007.

CUSTODIA, Maria. *AMA defende união para o fim da crise da FNLA*. Portal O País, 2019. Disponível em: <<<https://opais.co.ao/index.php/2019/08/08/ama-defende-uniao-para-o-fim-da-crise-na-fnla>>> Acesso em: 13 jul. 2024

_. *LIMA defende mais mulheres no Parlamento*. Portal O País, 2019. Disponível em: <<<https://opais.co.ao/index.php/2019/06/24/lima-defende-mais-mulheres-no-parlamento/>>> Acesso em: 13 jul. 2024

DIAS, Helenice. *Vozes e Escritas femininas em Angola: a luta pela sobrevivência e emancipação de mulheres (1961-2002)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, PUC-SP, 2013.

_. *Outras faces do mesmo conflito: mulheres angolanas e suas frentes de combate*. IN: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH*, 2011.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FNLA. AMA. Disponível em: <<<http://www.fnla.co.ao/a-m-a/>>>. Acesso em: 13 jul. 2024

FREUDENTHAL, Aida. *A Baixa de Cassanje: algodão e revolta*. *Revista Internacional de Estudos Africanos* n: 18 - 22, 1995-1999. 245-283

HORING, Jessica da Silva. *Os Movimentos de Libertação Nacional em Angola: trajetória política, Guerra Civil e impactos sobre a construção do Estado (1975-2002)*. Porto Alegre: Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, UFGRS, 2015.

KASEMBE, Dya e CHIZIANE, Paulina. *O livro da paz da mulher angolana: As heroínas sem nome*. Luanda: Nzila, 2008.

LAGERSTROM, Birgitta. *As angolanas*. 2009 Disponível em: <<<http://www.liberationafrica.se/publications/978-91-633-4619-4.pdf>>>

LIBERATO, Ermelinda. *40 Anos de Independência: Uma reflexão em torno da condição da mulher angolana*. Estudos Feministas, Florianópolis, 24(3): 398, setembro/dezembro/2016

MALAQUIAS, Florbela Catarina. *Heroínas da Dignidade - Livro I*. Luanda: Editora Book Link, 2019.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e Civilizações (Tomo II)*. Salvador: EDUFBA, 2011.

MPLA. *OMA: História*. Disponível em: <<http://www.mpla.ao/oma.25/historia.27.html>>. Acesso em: 18 out. 2019.

NETO, Maria da Conceição. *Breve Introdução Histórica* IN: MEDINA, Maria do Carmo. *Angola: Processos políticos e luta por independência*. Coimbra: Edições Almedina, 2005.

PAREDES, Margarida. *Combater duas vezes: Mulheres na luta armada em Angola*. Lisboa: Verso e História, 2015.

PEDRO, Maria Joana. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. HISTÓRIA, SÃO PAULO, v.24, N.1, P.77-98, 2005.

SALVATICI, Silvia. *Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres*. História Oral, v. 8, n. 1, p.29-42, jan-jun, 2005.

UNITA. *LIMA*. Disponível em: <<<http://www.unitaangola.com/PT/PAGELIMA2.awp>>> Acesso em: 13 jul. 2024

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia*. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.